

Costa demitiu-se e Marcelo deverá marcar eleições antecipadas

O Primeiro-ministro manifestou esta ontem total disponibilidade para colaborar com a Justiça “em tudo o que entenda necessário”, mas recusou a prática “de qualquer acto ilícito” ou censurável.

“Quero dizer, olhos nos olhos aos portugueses, que não me pesa na consciência a prática de qualquer acto ilícito, ou sequer de qualquer acto censurável”, afirmou António Costa, numa declaração ao país na residência oficial do Primeiro-ministro, em São Bento.

Costa afirmou ter ficado “surpreendido” com a informação de que lhe ia ser instaurado um processo-crime, garantindo que “desconhecia em absoluto a essência de qualquer processo”, e indicou que a nota do gabinete de imprensa da Procuradoria-Geral da República não “explicita a que actos, a que momentos ou a que processo que se refere”.

Uma etapa que encerra

“Por isso, é uma etapa que se encerra. Foram quase oito anos aos quais me dediquei com toda a energia, fazendo o melhor que sabia, o melhor que pude. (...) Tenho muita honra naquilo que fiz e saio de consciência muito tranquila e totalmente disponível para colaborar com a Justiça”, afirmou.

António Costa anunciou ontem que apresentou a sua demissão ao Presidente da República, após o Ministério Público revelar que é alvo de investigação autónoma do Supremo Tribunal de Justiça sobre projectos de lítio e hidrogénio.

“Obviamente, apresentei a minha demissão ao senhor Presidente da República”, disse.

Dezenas de buscas

No âmbito de inquérito dirigido pelo Ministério Público do Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP), estão a ser realizadas diligências de busca para identificação e apreensão de documentos e outros meios de prova de interesse para a descoberta da verdade, diz um comunicado da PGR.

Foram ordenadas/autorizadas, em concreto:

- 17 buscas domiciliárias
- 5 buscas em escritório e domicílio de advogado
- 20 buscas não domiciliárias, designadamente: em espaços utilizados pelo chefe do gabinete do Primeiro-ministro; no Ministério do Ambiente e da Acção Climática, no Ministério das Infraestruturas e na Secretaria de Estado da Energia e Clima; na Câmara Municipal de Sines; na sede/espaços de outras entidades públicas e de empresas.

As buscas nos espaços utilizados pelo chefe do gabinete do Primeiro-ministro estão a ser acompanhadas por juiz de Instrução Criminal, diz a nota.

Galamba arguido

Segundo comunicado na PGR, o Mi-



nistro das Infraestruturas foi constituído arguido. O meso aconteceu a Nuno Lacasta, Presidente do Conselho Directivo da Agência Portuguesa do Ambiente.

“O Ministério Público procedeu ainda à constituição como arguidos de outros suspeitos da prática de factos investigados nos autos, designadamente do Ministro das Infraestruturas e do Presidente do Conselho Directivo da Agência Portuguesa do Ambiente”, diz a nota.

Suspeitas sobre Costa

“No decurso das investigações surgiu, além do mais, o conhecimento da invocação por suspeitos do nome e da autoridade do Primeiro-ministro e da sua intervenção para desbloquear procedimentos no contexto suprarreferido. Tais referências serão autonomamente analisadas no âmbito de inquérito instaurado no Supremo Tribunal de Justiça, por ser esse o foro competente.”, lê-se no comunicado emitido pelo Ministério Público.

PCP não preferia eleições

O líder do PCP, Paulo Raimundo, afirmou que, “tal e qual como há um ano e meio, precisamos de soluções e não de eleições”, preferindo assim outra solução que não a da dissolução do Parlamento.

Ainda assim, o Secretário-geral comunista garante que o partido está preparado para eventuais eleições e lamenta que os “lucros dos grandes grupos económicos” estejam a crescer e que sobre “sempre para os mesmos”.

PAN não quer duodécimos

Inês Sousa Real diz que o “país não pode continuar em duodécimos”, até porque os “portugueses precisam de uma resposta agora”.

“Ninguém queria que acabasse desta forma”, lamentou a líder do PAN, que diz que o seu partido vai “trabalhar para uma solução”.

Chega quer eleições

André Ventura, Presidente do Chega, defendeu que a marcação de eleições legislativas é o único cenário possível,

na sequência da demissão do Primeiro-ministro, e pediu ao Presidente da República que as convoque “o mais depressa possível”.

“Não há outro cenário possível que não seja a dissolução do Parlamento e a convocação de eleições”, afirmou André Ventura, recusando a possibilidade de nomeação de um novo Primeiro-ministro, sem eleições.

O Presidente do Chega considerou que a nomeação de um novo Primeiro-ministro que “não foi legitimado pelos portugueses” seria “uma fraude” e “uma grande traição” do Presidente da República “às suas palavras há dois anos”.

Ventura referia-se ao discurso de Marcelo Rebelo de Sousa na tomada de posse do actual Governo, na qual avisou que a eventual saída de António Costa do cargo de Primeiro-ministro, que agora se verifica, levaria à dissolução do Parlamento.

André Ventura indicou que vai transmitir a Marcelo Rebelo de Sousa que as eleições legislativas antecipadas devem acontecer “o mais depressa possível”.

IL defende dissolução

O Presidente da Iniciativa Liberal, Rui Rocha, defendeu “não há outra solução” sem ser a dissolução da Assembleia da República e a convocação de eleições, na sequência da demissão do Primeiro-ministro, António Costa.

“Creio que não há outra solução neste momento que não seja a dissolução [do Parlamento] e eleições para que os portugueses possam pronunciar-se sobre a nova constituição da Assembleia da República e um novo Governo”, declarou Rui Rocha.

Na opinião do líder da IL, “não havia nenhuma condição” para António Costa continuar em funções.

“Hoje não é apenas o fim político de António Costa como Primeiro-ministro, é também o fim de uma solução para o país que não funcionava”, defendeu Rui Rocha, que quis deixar “uma nota de enorme tranquilidade aos portugueses e de enorme confiança”.

PS agradece a Costa

O PS agradeceu, no X (antigo Twitter), a António Costa “pela sua entrega total às funções governativas que lhe

foram confiadas”.

Enquanto foi Primeiro-ministro, diz o PS, “António Costa deu um contributo absolutamente fundamental para os avanços que o país somou ao longo dos últimos oito anos”. “Este é o momento de lhe dirigir uma sentida e reconhecida palavra de agradecimento”, conclui a nota.

Marcelo marca Conselho de Estado

O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, emitiu uma nota em que confirma ter aceite o pedido de demissão do Primeiro-ministro, tendo de imediato decidido convocar os partidos com assento na Assembleia da República para hoje e o conselho de Estado para Quinta-feira às 15.00 horas.

Só depois desses dois procedimentos, Marcelo Rebelo de Sousa irá falar ao país.

Consequências nos Açores

A queda do Governo de António Costa terá consequências nos Açores em dois planos: no plano político e no plano governativo ou orçamental.

No primeiro, é natural que os estilhaços da crise em que o PS vai mergulhar chegarão aos socialistas açorianos. É verdade que o PS-Açores tem órgãos próprios, mas o facto de se ter colado demasiado à governação de António Costa terá alguns efeitos impopulares, numa altura pouco conveniente para os socialistas açorianos, quando se preparam para o previsível chumbo do Plano e Orçamento da região e, eventualmente, eleições regionais antecipadas.

No plano orçamental a região será afectada, porquanto o Orçamento de Estado para 2024 ficará sem efeito e o governo de gestão trabalhará em regime de duodécimos. Ora, o OE 2024 previa mais 26 milhões de euros em transferências para os Açores, o que ficará sem efeito no caso dos duodécimos com base no orçamento de 2023.

As OSP também poderão ser afectadas, continuando a SATA a avolumar os prejuízos por manter estas rotas para Santa Maria, Pico e Faial.

Por fim, estava prevista a assinatura de um protocolo entre os dois governos sobre a reprogramação do PRR, que traria mais dinheiro para a região. É muito provável que fique, também, em banho maria.

Um novo Orçamento de Estado, com novo governo, só é previsível lá para o final do próximo ano.

A crise prolonga-se.

O.C.